

O que o governo ainda não quer ou pode explicar sobre as medidas de austeridade

O Conselho de Finanças Públicas diz que um terço das medidas de ajustamento para 2014 e 2015 não está especificado, o que é um risco

ANA SUSPIRO
ana.suspiro@ionline.pt

O Documento de Estratégia Orçamental (DEO) prevê a execução de medidas de ajustamento das contas públicas de 4800 milhões de euros para 2014 e 2015. No entanto, uma parte muito considerável destes efeitos, que o Conselho de Finanças Públicas (CFP) identifica como sendo um terço das medidas permanentes, não está especificada e representa por isso um risco e incerteza acrescidos.

Na análise da estratégia orçamental a médio prazo (até 2018) definida pelo governo em Abril, o CFP sublinha que o documento apresenta "medidas de consolidação orçamental não especificadas. Em 2014 representam 1144 milhões de euros (0,7% do produto interno bruto) e em 2015 ascendem a 517 milhões de euros (0,3% do PIN)". Estes montantes, que correspondem *grossa modo* a um terço das medidas permanentes de ajustamento – 1661 milhões de euros –, dizem respeito a iniciativas "para as quais não existe especificação que per-

mita perceber a sua natureza e composição e, consequentemente, avaliar os respectivos impactos".

CORTES NOS ESTUDOS NÃO CONVENCEM
Uma análise mais pormenorizada destes buracos negros de informação do DEO identifica as poupanças anunciadas nos consumos intermédios para o próximo ano como uma das medidas por explicar com maior impacto orçamental.

"Cerca de 400 milhões de euros de medidas carecem de explicação operacional que permita avaliar a sua exequibilidade: redução de despesas com estudos e pareceres, entre outros (179 milhões de euros), Programa Aproximar (30 milhões de euros) e outras medidas sectoriais (190 milhões de euros)." Das economias de 537 milhões de euros anunciadas nesta rubrica, apenas há um plano concreto para baixar a despesa com tecnologias de informação e comunicações. No caso dos estudos, pareceres e projectos, já a análise da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) do parlamento ao DEO detecta um padrão irregular na evo-

lução desta despesa que, como o i noticiou, sobe 40% este ano, antes de ser reduzida 179 milhões de euros em 2015. Falta também explicar cortes de 99 milhões em subsídios, investimento e outras despesas correntes.

O órgão liderado por Teodora Cardoso também aponta a ausência de informação relativa ao efeito de medidas centrais da chamada reforma do Estado. O

O QUE FALTA EXPLICAR

- Receita de 100 milhões em impostos indirectos em 2015
- Impacto aquém do previsto das rescisões no Estado e da requalificação
- Impacto da reforma do IRS
- Medidas de 400 milhões de corte na despesa com estudos, pareceres e efeitos do Programa Aproximar
- Cortes em subsídios e investimento de 99 milhões

CFP alerta para os resultados muito abaixo dos previstos que estão a ser obtidos nos programas de rescisões e requalificação dos quadros do Estado ou reorganização dos serviços públicos (Programa Aproximar) e ainda para o impacto desconhecido da aplicação da tabela remuneratória única, a revisão dos suplementos e o descongelamento de promoções, iniciativas que podem "aumentar a pressão orçamental".

Do lado fiscal está a reforma do IRS, cuja proposta será conhecida este ano, e o aumento ou a criação de novos impostos indirectos (houve membros do governo que chegaram a apontar taxas sobre álcool, tabaco e alimentos prejudiciais à saúde).

O Conselho encontra no DEO aspectos a valorizar e vulnerabilidades. Os objectivos "estão em linha com as regras da disciplina orçamental". O cumprimento da meta de défice estrutural de 0,5% será suficiente para cumprir a regra de redução da dívida pública, fixada no Tratado Orçamental, mas a manutenção de um saldo em linha com o previsto "dependerá crucialmente da capacidade de gerar excedentes primários significativos" – média de 3% ao ano até 2050 – e do crescimento económico – 3,5% após 2017. Sem esse esforço "não será possível colocar a dívida numa trajectória claramente descendente e cumprir as obrigações internacionais", que impõem um limite de 60% do PIB. Nas contas do CFP isso só acontecerá depois de 2040.

Os encargos com juros "são apontados como a única componente que terá um efeito de agravamento sobre o rácio da dívida durante o horizonte de projecção do DEO 2014 (até 2018), o que anulará em cerca de dois terços os efeitos favoráveis esperados das restantes componentes que contribuem para a evolução da dívida".

Envelhecimento ou austeridade?

Pensões O Observatório sobre Crises e Alternativas, ligado ao Centro de Estudos Sociais (CES), defende que são as medidas de austeridade que põem as pensões em risco e não o envelhecimento da população. "Nos últimos anos, e no que se prevê para 2014, o saldo do sistema previdencial é fortemente penalizado – cerca de 3 mil milhões de euros a menos que o de 2011 – em consequência da perda de contribuições (cerca de menos 1,4 mil milhões de euros) e do aumento da despesa em prestações de desemprego (mais de 1,6 mil milhões de euros)", defende o Barómetro das Crises. Para o Conselho de Finanças Públicas, o envelhecimento é uma "fonte de dificuldades", mas também deve ser encarado como um desafio para novas políticas económicas viradas para o aumento da produtividade e a manutenção de elevadas taxas de emprego. *Lusa*



Ministra das Finanças tem remetido mais esclarecimentos para o Orçamento de 2015

PEDRO NUNES